

Venezuela: *aikido* e direitos humanos

Rafael Uzcátegui

MAIO DE 2017

- A situação dos direitos humanos se agrava na Venezuela. Felizmente, uma parte da esquerda começou a falar.

O atual conflito venezuelano se assemelha ao *aikido*, arte marcial na qual, para vencer, utiliza-se a própria força do oponente contra ele. Em outubro de 2016, após ter chegado ao consenso de multidões e da comunidade internacional para a realização de um referendun revocatório para dirimir a crise, porta-vozes da oposição participaram, improvavelmente, de uma mesa de diálogo da qual se levantaram com a ideia de “eleições gerais adiantadas”. O governo se beneficiou do erro tático da Mesa da Unidade Democrática (MUD) e conseguiu assim dinamitar a confiança de suas bases de apoio, enquanto o sentimento de desilusão se generalizava. Meses depois, para castigar uma Assembleia Nacio-

nal que aprovava uma declaração de apoio à aplicação da Carta Democrática Interamericana, o governo formalizou o processo de substituição de suas competências em duas sentenças emitidas pela Sala Constitucional do máximo tribunal do país. Ainda que a neutralização do Parlamento se realizasse pela via dos fatos já havia um ano, com escasso custo político para Miraflores, seu registro formal gerou uma onda de rejeição que incluiu a procuradora geral da República, Luisa Ortega Díaz. Os partidos políticos opositores conseguiram recompor a confiança, nessa oportunidade, por um escorregão do chavismo, em uma onda de protestos que continua até o momento de escrever esta coluna.



O governo bolivariano se debilitou em 2017 mais como consequência de sua soberba cega do que como resultado da agenda política opositora. No plano internacional, uma torpe diplomacia encabeçada por Delcy Rodríguez tem subtraído apoios que até pouco tempo atrás se debatiam entre a ambiguidade e a cautela. O Uruguai foi o caso mais chamativo. No início de abril, Nicolás Maduro acusou o chanceler desse país de acordar com os Estados Unidos ataques contra a Venezuela, uma insinuação intolerável para um presidente saído das filas da esquerda. “Se [Maduro] não retifica, está dizendo que não tem provas, e se não tem provas, o que ele disse é uma mentira”, expressou o presidente Tabaré Vázquez. A mudança de postura do Uruguai sobre a Venezuela não apenas se somou ao processo de ativação da Carta Democrática, mas também abriu caminho para o início de ações diplomáticas similares no Mercosul, onde as decisões, segundo os estatutos, são tomadas por consenso. A credibilidade do chefe de Estado caraquenho vai se erodindo a cada declaração carregada de fantasia. No dia 19 de abril, diante de uma concentração em apoio à sua gestão, calculou a presença de “três milhões de pessoas”, em uma avenida de Caracas que, estando repleta – o que não acontecia naquele dia –, teria capacidade de conter não mais do que 200.000 pessoas. Em 2017, as debilidades comunicacionais do governo parecem ter como origem a mesma causa que havia sido diagnosticada para a oposição no final de 2016: a ausência de olfato para captar corretamente a realidade.

Rupturas

Não obstante, a atual onda de protestos não é uma simples extensão dos ciclos de mobilização antichavista de anos anteriores. Após a

pior derrota do bolivarianismo no poder, nas eleições parlamentares de 2015, com quase dois milhões de votos abaixo de seus oponentes, o chavismo tomou a decisão de criar um modelo de governabilidade ainda mais autoritário ante a perda do apoio popular. Sua pedra fundacional foi a substituição da Constituição por uma legalidade que conferia ao presidente poderes absolutos, sob o nome de “Decreto de Estado de Exceção e Emergência Econômica”. Seguidamente, o árbitro eleitoral do país, o Conselho Nacional Eleitoral, suspendeu irregularmente a realização de um referendun revocatório contra o presidente e deteve de maneira indefinida as eleições que deveriam ser realizadas em dezembro de 2016 para as 24 governações regionais. Progressivamente, foi retirando competências da Assembleia Nacional, através do Tribunal Supremo de Justiça, até que a legitimação do processo via sentenças gerou o descontentamento público da procuradora geral da República, quem as qualificou como “ruptura do fio constitucional” e abriu assim a caixa de Pandora. A aparição de fraturas dentro do bloco governista foi aproveitada pela oposição: uma das palavras de ordem mais populares nas manifestações é “Foi a procuradora que disse, vocês são golpistas”. Como se não bastasse, tudo isso ocorreu tendo como pano de fundo uma das piores crises econômicas da que os venezuelanos são capazes de recordar, com uma inflação superior a 600%, escassez de alimentos e medicamentos e evaporação do poder aquisitivo dos salários, o que gera – segundo as próprias cifras oficiais – uma porcentagem de pessoas em situação de pobreza maior do que a existente quando Hugo Chávez foi eleito pela primeira vez. Segundo dados do próprio governo, cuja rigorosidade foi posta em questão, quase metade dos venezuelanos se encontrariam em situação de exclusão.



Continuidades

A resposta das autoridades à onda de protestos lembrou os piores padrões de abuso de poder dos ciclos de mobilização anteriores. Além de proibir que as manifestações cheguem ao centro de Caracas – sede dos poderes políticos – fica evidenciado um uso desproporcional de gases tóxicos proibidos pela Constituição, disparos de balas de borracha a curta distância, uso de armas de fogo, detenções arbitrárias, torturas e maus tratos aos detidos, roubo a manifestantes por parte de policiais e militares, assim como a violação do devido processo para, quando se fechava este texto, mais de 1.200 pessoas presas em todo o país por protestar, em números do Fórum Penal Venezuelano. De acordo com dados do Provea, 20 pessoas perderam a vida em contexto de manifestações. Para aumentar a críspação, deputados do Partido Socialista da Venezuela, como Diosdado Cabello e Pedro Carreño, mostraram na televisão um folheto no qual aparecem nomes, fotografias e endereços de líderes políticos e sociais de oposição, que afirmavam ter sido distribuído a militantes governistas. “O povo sabe onde tem que ir”, declararam diante das câmeras.

Paramilitares “de esquerda”

A situação continua se deteriorando após a decisão de Maduro de ativar o chamado “Plano Zamora”, uma estratégia militar de ocupação do território que incorpora, explicitamente, a atuação de grupos de civis armados. Trata-se do que o chavismo denomina “coletivos” e que as organizações de direitos humanos definiram, simples e claramente, como “paramilitares”. Durante o primeiro dia de atuação do Plano Zamora, 19 de abril, em 22 dos estados onde houve mobilizações foi documentada a atuação de “coletivos” em 16 das regiões. Os vídeos os mostram deslocando-se de moto,

com o rosto coberto com capuzes e atirando com armas de fogo.

A atuação dos “coletivos”, em um contexto de violência e insegurança cidadã que coloca a Venezuela entre os países mais perigosos da região, pode agravar sua já delicada situação em direitos humanos. Na noite de 20 de abril, oito zonas de Caracas, incluindo algumas que eram consideradas até pouco tempo atrás como “territórios do chavismo”, protagonizaram batalhas contra as autoridades, que incluíram saques a estabelecimentos comerciais.

A crise poderia ter uma saída menos traumática se Maduro e seu entorno permitissem a realização de eleições. No *aikido* em que se converteu esta situação, faria falta um elemento: a desvinculação pública da intelectualidade esquerdista internacional que durante muito tempo apostou no projeto bolivariano. Alguns já deram o primeiro passo (Noam Chomsky, Raúl Zibechi, Edgardo Lander, Clifton Ross), mas muitos daqueles que sabem que as coisas não estão bem no país caribenho optaram pelo silêncio. Permitirão que o peso simbólico de sua opinião seja utilizado por aqueles que buscam levar a Venezuela a um momento diferente de sua história?



Autor

Rafael Uzcátegui é sociólogo, ativista de direitos humanos e jornalista independente. Coordena a área de pesquisa do Programa Venezuelano de Educação Ação em Direitos Humanos (Provea). É membro do Conselho da Internacional de Resistentes à Guerra (wri-irg) e do conselho de redação do jornal *El Libertario*.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-9565-006-0

